



## MUNICÍPIO DE CUBA

### CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 58

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

20-12-2023

*Handwritten signatures in blue ink:*  
- Top: A signature that appears to be "João".  
- Middle: A signature that appears to be "Helena".  
- Bottom: Two more signatures, one of which appears to be "Jorge".

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima oitava reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Can-deias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, De-senvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a delibe-ração. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, traba-lhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

*Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um perí-  
odo de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento  
de assuntos gerais de interesse autárquico).* -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2023: €  
739 673,40. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. PEDIDOS SOBRE DIREITOS DE NÃO PREFERÊNCIA DE JANEIRO A DEZEMBRO, REFERENTE AO ANO DE 2023. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 9/2023, SF, da autoria da Assistente Técnica Maria Emília Caixeiro, cujo teor se transcreve: -----

Relação de pedidos de certificação de exercício do direito de não preferência relativamente a prédios urbanos e rústicos, para conhecimento e ratificação dos despachos do Sr. Presidente. -----

- Prédio urbano, sito na Rua Ricardo Landum -- Courelas da Igreja, nº.3, freguesia e concelho de Cuba e inscrito na matriz sob o artigo urbano 3914 (Anúncio 193679/2022 Casa Pronta), datado de 15-12-2022; -----

- Prédio urbano sito na Herdade do Gizo, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 499, inscrito na matriz sob o artigo 3867, (Anúncio 196288/2022 Casa Pronta) datado de 21-12-2022; -----

- Prédio urbano sito no Largo Fialho de Almeida, nº. 30, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 20210215, inscrito na matriz sob o artigo 1171, (Anúncio 12408/2023 Casa Pronta) datado de 28-01-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Nova nº 16, freguesia de Vila Ruiva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 706, inscrito na matriz sob o artigo 717, (Anúncio 24456/2023 Casa Pronta) datado de 22-02-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua de Beja, nº. 21/23, freguesia de Vila Ruiva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 445, inscrito na matriz sob o artigo 310, (Anúncio 26036/2023 Casa Pronta) datado de 26-02-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Alferes Abreu Abrantes, nº. 13, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1034, inscrito na matriz sob o artigo 61, (Anúncio 34681/2023 Casa Pronta) datado de 13-03-2023; -----

- Prédio urbano sito na Herdade do Gizo Casa 1, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 3688 fração A, (Anúncio 35791/2023 Casa Pronta) datado de 15-03-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua dos Palheiros, nº. 5, freguesia de Faro do Alentejo, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 345, inscrito na matriz sob o artigo 467, (Anúncio 34754/2023 Casa Pronta) datado de 14-03-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro, nº. 27, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 2566, (Anúncio 35771/2023 Casa Pronta) datado de 15-03-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua General Humberto Delgado, nº. 29, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 986, inscrito na matriz sob o artigo 79, (Anúncio 47624/2023 Casa Pronta) datado de 10-04-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua General Humberto Delgado, nº. 29, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 986, inscrito na matriz sob o artigo 79, (Anúncio 49401/2023 Casa Pronta) datado de 13-04-2023; -----

- Prédio urbano sito na Herdade do Gizo, nº. 47, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 3867, (Anúncio 51864/2023 Casa Pronta) datado de 18-04-2023; -----

- Prédio urbano sito na Herdade do Gizo, Casa nº. 40, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 3867, (Anúncio 60405/2023 Casa Pronta) datado de 08-05-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua das Freiras, nº. 9, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 196, inscrito na matriz sob o artigo 2148, (Anúncio 63744/2023 Casa Pronta) datado de 14-05-2023; -----

- Prédio urbano sito no Largo Visconde da Esperança, nº. 14, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 2257, (Anúncio 62965/2023 Casa Pronta) datado de 12-05-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Misericórdia, nº. 19 e Travessa Bento Gonçalves, nºs 12 e 14, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 997, inscrito na matriz sob o artigo 172, (Anúncio 63516/2023 Casa Pronta) datado de 12-05-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Dra. Emília Salvado Borges, nº. 40, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 2266, inscrito na matriz sob o artigo 3099, (Anúncio 71019/2023 Casa Pronta) datado de 29-05-2023; -----

- Prédio urbano sito na Estrada da Circunvalação, nº. 9, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1683, inscrito na matriz sob o artigo 3596, (Anúncio 84815/2023 Casa Pronta) datado de 23-06-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua dos Prazeres, nº. 19, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 310, inscrito na matriz sob o artigo 3022, (Anúncio 88014/2023 Casa Pronta) datado de 01-07-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Fé, nº. 13, freguesia de Faro do Alentejo, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 174, inscrito na matriz sob o artigo 375, (Anúncio 88011/2023 Casa Pronta) datado de 01-07-2023; -----

- Prédio urbano sito na Travessa do Furdelo, nº. 4, freguesia de Vila Ruiva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 90, inscrito na matriz sob o artigo 179, (Anúncio 87024/2023 Casa Pronta) datado de 29-06-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Diogo Dias Melgaz, nº. 1, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 3409, (Anúncio 88192/2023 Casa Pronta) datado de 03-07-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua do Outeiro, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 816, inscrito na matriz sob o artigo 330, (Anúncio 95537/2023 Casa Pronta) datado de 14-07-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua de Beja, nº. 31, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 2950, (Anúncio 104150/2023 Casa Pronta) datado de 02-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Dra. Emília Salvado Borges, nº. 19, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 3070, inscrito na matriz sob o artigo 3436, (Anúncio 104672/2023 Casa Pronta) datado de 03-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Misericórdia, nº. 19 e Travessa Bento Gonçalves nºs 12 e 14, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 997, inscrito na matriz sob o artigo 172, (Anúncio 105073/2023 Casa Pronta) datado de 04-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua do Penedo, nº. 2 1º Andar, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 2183, (Anúncio 109233/2023 Casa Pronta) datado de 15-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua 1º de Maio, nº. 6, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1125, inscrito na matriz sob o artigo 688, (Anúncio 110360/2023 Casa Pronta) datado de 17-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua de Santo António, nº. 21, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1401, inscrito na matriz sob o artigo 1657, datado de 18-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Fé, nº. 23, freguesia de Faro do Alentejo, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 130, inscrito na matriz sob o artigo 438, (Anúncio 115688/2023 Casa Pronta) datado de 30-08-2023; -----

- Prédio urbano sito na Marquesa, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 3167, inscrito na matriz sob o artigo 3933, (Anúncio 125864/2023 Casa Pronta) datado de 20-09-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua 5 de Outubro, nºs 49, 51 e 23, freguesia de Vila Ruiva, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 814, (Anúncio 130270/2023 Casa Pronta) datado de 29-09-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Dr. Aníbal Teixeira, nº. 11, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1873, inscrito na matriz sob o artigo 3444, (Anúncio 145409/2023 Casa Pronta) datado de 02-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Formosa, nº. 51, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 3188, inscrito na matriz sob o artigo 4012 fração A, (Anúncio 149711/2023 Casa Pronta) datado de 10-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua de Beja, nº. 21/23, freguesia de Vila Ruiva, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 310, (Anúncio 152569/2023 Casa Pronta) datado de 16-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua do Rossio Novo da Bica, Lote 7, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1703, inscrito na matriz sob o artigo 3861, (Anúncio 152741/2023 Casa Pronta) datado de 16-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Bento de Jesus Caraça, nº. 29, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 351, (Anúncio 151378/2023 Casa Pronta) datado de 14-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Gago Coutinho, nº. 7, freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 190, (Anúncio 153661/2023 Casa Pronta) datado de 17-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua da Boavista, nº. 4, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 2138, inscrito na matriz sob o artigo 3036, (Anúncio 159336/2023 Casa Pronta) datado de 29-11-2023; -----

- Prédio urbano sito na Rua Dr. João Almeida Tojeiro, nº. 20, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, inscrito na matriz sob o artigo 1131, (Anúncio 162819/2023 Casa Pronta) datado de 06-12-2023; -----

- Prédio rustico sito na Marquesa, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 3163, inscrito na matriz sob o artigo 79, (Anúncio 125908/2023 Casa Pronta) datado de 20-09-2023; -----

- Prédio rustico sito na Marquesa, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 3167, inscrito na matriz sob o artigo 30, (Anúncio 125872/2023 Casa Pronta) datado de 20-09-2023; -----

- Prédio rustico sito na Marquesa, freguesia de Cuba, concelho de Cuba, descrito na Conservatória sob o nº. 1251, inscrito na matriz sob o artigo 78, (Anúncio 125901/2023 Casa Pronta) datado de 20-09-2023. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

## **2. CÂNDIDA ELVIRA PALMA DÂMASO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA DOS CUCOS, N.º 1 – CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 158/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Cândida Elvira Palma Dâmaso, consumidora de água no prédio supra referido, a possibilidade de poder proceder ao pagamento dos valores do consumo que estão em dívida e em processo de execução fiscal, em 2 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Para as dívidas em execução fiscal: -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

*Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----*  
(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

*Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----*

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto

de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**3. SECÇÃO DE FUTSAL DO SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 157/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Secção de Futsal do Sporting Clube de Cuba, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de uma festa de Natal, no dia 23 de dezembro de 2023, no horário compreendido entre as 23,00h e as 6,00h do dia 24/12, no Pavilhão Multiusos da Mata, em Cuba. -----

Relativamente à licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 15.º do DL 9/2007, de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Quanto à isenção do pagamento das taxas, refere o n.º 2, alínea a) do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, “*poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; ou, nos termos do n.º 4 cujas “isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados, devidamente instruído e fundamentado.”*-----

O valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção é de € 19,05. -----

Atendendo à proximidade da data do evento e à necessidade de antecipadamente saber qual a decisão sobre o pedido, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: “*Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2023. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a licença especial de ruído até às 4,00 horas e isentar em 50% o valor das taxas devidas com a sua emissão. -----

**4. INFORMAÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO 2023 -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 14255, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

“Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º

da Lei 75/2013 de 12 Setembro. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que no período em análise a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: ---

## 1.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -----

A execução orçamental, reportada a 30 de Novembro de 2023 é a seguinte: -----

### 1.1. DESPESA -----

O montante global da despesa executada foi de 7.204.901,96 euros correspondentes a um grau de execução orçamental de 55,705%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa								
Código	Designação	Dctações corrigidas	Despesas pagas líquidas de reposições			Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
			Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
D011	Despesa corrente							
	Remunerações Certas e Permanentes	2 964 466,00	36 860,51	2 597 533,14	2 634 393,65	74 759,84	1,243	87,622
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	181 020,00	2 471,92	159 857,35	162 329,27	2 055,72	1,366	88,309
D013	Segurança Social	901 744,00	41 468,32	725 609,89	767 078,21	27 742,38	4,599	80,467
D02	Aquisição de bens e serviços	2 949 434,00	628 256,35	1 145 215,73	1 773 472,08	619 320,84	21,301	38,828
D03	Juros e outros encargos	95 806,00	2 214,65	84 075,02	86 289,67	1 061,79	2,312	87,755
D04111	Administração Central - Estado Português	22 812,00	0,00	17 300,00	17 300,00	0,00	0,00	75,837
D04115	Administração Local	217 963,00	71 364,32	65 238,74	136 603,06	49 158,72	32,741	29,940
D0412	Entidades do setor não lucrativo	296 445,00	53 391,60	164 402,91	217 794,51	33 303,87	18,011	55,458
D0413	Famílias	173 439,00	764,68	149 972,19	150 736,87	3 062,01	0,441	86,470
D0414	Outras	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D042	Subsídios correntes	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D05	Outras despesas correntes	46 695,00	22 370,50	17 946,46	40 316,96	3 820,33	47,908	38,433
	Despesa de capital							
	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>7 850 174,00</b>	<b>859 162,85</b>	<b>5 127 171,43</b>	<b>5 986 334,28</b>	<b>814 285,50</b>	<b>10,945</b>	<b>65,313</b>
D06	Aquisição de bens de capital	2 520 373,00	131 289,26	788 298,75	919 588,01	475 693,72	5,209	31,277
D07111	Administração Central - Estado Português	9 926,00	6 175,76	3 750,00	9 925,76	0,00	62,218	37,780
D07115	Administração Local	51 384,00	5 879,40	5 500,00	11 379,40	3 000,00	11,442	10,704
D0712	Entidades do setor não lucrativo	38 792,00	4 750,00	15 941,61	20 691,61	0,00	12,245	41,095
D0713	Famílias	436,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D0714	Outras	118 429,00	0,00	84 542,25	84 542,25	0,00	0,00	71,386
D08	Outras despesas de capital	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D09	Despesa com ativos financeiros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D10	Despesa com passivos financeiros	530 472,00	3 135,05	169 305,60	172 440,65	0,00	0,591	31,916
	<b>Total das Despesas Capital</b>	<b>3 269 962,00</b>	<b>151 229,47</b>	<b>1 067 338,21</b>	<b>1 218 567,68</b>	<b>478 693,72</b>	<b>4,625</b>	<b>32,641</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>11 120 136,00</b>	<b>1 010 392,32</b>	<b>6 194 509,64</b>	<b>7 204 901,96</b>	<b>1 292 979,22</b>	<b>9,086</b>	<b>55,705</b>

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao mês de Novembro, destaca-se como relevante:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Despesas com Pessoal* (59,521%) e a *Aquisição de bens e Serviços* (29,633%).
- A rubrica de investimento apresenta um grau de execução reduzido, na ordem dos 36,486%.

Ainda relativamente à despesa há a referir que :

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de 118.874,85 euros;
- A cabimentação atingiu à data 72,394 % no que diz respeito a despesa corrente e 27,606 %, no que diz respeito à despesa de capital;

- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em 7.414.236,63 euros e em despesa capital 2.804.817,28 euros e representam relativamente ao orçamento corrigido 72,549% e 27,451% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a 1.721.172,73 euros;
- A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar de curto prazo) à data de 30/11/2023 ascende a 1.292.979,22 euros sendo:  
Despesa corrente: 814.285,50 euros  
Despesa capital: 478.693,72 euros
- Encontra-se em pré-registo (a aguardar comunicação) faturação na ordem dos 155.132,40 euros;
- As obrigações por pagar de M/L prazo (acordos de pagamento) ascendem a 386.493,60 euros.

## 1.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 7.319.286,11 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 65,407%. Em resumo o seguinte quadro:

Execução Orçamental da Receita							
Rúbrica	Descrição	Previsões	Receitas cobradas líquidas			Grau exec. orçamental	
		corrigidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente
	<b>Receita corrente</b>						
R011	Impostos diretos	988 757,00	0,00	562 227,31	562 227,31	0,00	56,862
R03	Taxas, multas e outras penalidades	161 114,00	4 486,58	71 325,91	75 812,49	2,785	44,270
R04	Rendimentos de propriedade	268 260,00	0,00	176 915,71	176 915,71	0,00	65,949
R05111	Administração Central - Estado Português	4 274 068,00	0,00	3 822 624,10	3 822 624,10	0,00	89,438
R05112	Administração Central - Outras entidades	136 988,00	0,00	69 818,33	34 229,02	0,00	50,985
R05113	Segurança Social	15 450,00	0,00	15 370,08	15 370,08	0,00	99,483
R05115	Administração Local	6 000,00	0,00	5 334,70	5 334,70	0,00	88,912
R0513	Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R06	Venda de bens e serviços	1 494 185,00	39 465,22	771 585,84	811 051,06	2,641	51,639
R07	Outras receitas correntes	110 153,00	1 982,34	23 294,38	25 276,72	1,8	21,151
	<b>Receita de capital</b>						
R08	Venda de bens de investimento	14 788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09111	Administração Central - Estado Português	2 515 257,00	0,00	1 178 472,65	1 178 472,65	0,00	46,852
R09112	Administração Central - Outras entidades	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09115	Administração Local	26 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R0913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	209 940,00	0,00	68 452,13	68 452,13	0,00	32,606
R13	Receita com passivos financeiros	691 106,82	0,00	300 000,00	300 000,00	0,00	43,409
	<b>Outras receitas</b>						
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	100,00	0,00	85,65	85,65	0,00	85,65
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	207 345,18	0,00	207 845,18	207 845,18	0,00	100,00
	<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>7 455 009,00</b>	<b>45 934,14</b>	<b>5 518 496,36</b>	<b>5 564 430,50</b>	<b>0,616</b>	<b>74,024</b>
	<b>Total Receitas Capital</b>	<b>3 457 111,82</b>	<b>0,00</b>	<b>1 546 924,78</b>	<b>1 546 924,78</b>	<b>0,00</b>	<b>44,745</b>
	<b>Outras Receitas</b>	<b>207 945,18</b>	<b>0,00</b>	<b>207 930,83</b>	<b>207 930,83</b>	<b>0,00</b>	<b>99,993</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>11 120 065,00</b>	<b>45 934,14</b>	<b>7 273 351,97</b>	<b>7 319 286,11</b>	<b>0,413</b>	<b>65,407</b>

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- as Receitas Correntes registaram um grau de execução de 74,024% , tendo contribuído em particular para o efeito, as rubricas de *Transferências e Subsídios Correntes* (88,282%) e a *Venda de bens e serviços correntes* (54,280%) e; -----

• as Receitas de Capital, registaram, no fim do período em análise, um grau de execução de 44,745% , contribuindo principalmente para isso, a baixa percentagem de execução das *Transferências e subsídios de capital* de 46,372 %. A receita com passivos financeiros atingiu uma execução de 43,409%, em virtude da utilização das verbas pela totalidade do empréstimo de curto prazo. -----

• as receitas cobradas líquidas ascendem a 5.564.430,50 euros no que diz respeito a receitas correntes, 1.546.924,78 euros a receitas de capital e 207.930,83 euros a outras receitas. Encontra-se por cobrar 254.555,60 euros no final do período. -----

2. Limites ao Endividamento: -----  
De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

*“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.* -----

*A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.* -----

Limite da dívida total para 2023: -----

Limite da dívida total (1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos):

Unidade: euro

Receita corrente líquida 2020	Receita corrente líquida 2021	Receita corrente líquida 2022	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.952.934,77	5.422.253,71	6.207.170,20	16.582.358,68	5.527.452,89

Limite da dívida total: €8.291.179,34

Ressalva-se que a alínea b) do nº3 do artigo 52º da LFL determina que os municípios que, em determinado exercício cumpram o limite da dívida total só pode aumentar, no exercício seguinte, o valor correspondente a 20% da margem disponível no ano. Face à

alteração introduzida com a publicação da Lei nº29/2023, de 04 de Julho , a margem de endividamento é aumentada para 40%. -----

A margem absoluta do Município a 01/01/2023 era de €5.001.495,67, a que corresponde a margem utilizável de 2.000.598,27€. -----

Situação do Município em 01-01-2023 : -----

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
3.156.844,19	144.289,80	3.301.133,99	11.450,32	3.289.683,67

Situação do Município em 30-11-2023:

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
3.623.152,86	128.013,56	3.751.166,42	2.877,97	3.748.288,45

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €15.494,25 -----

AMGAP (participação de 1,98 %) :€; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €112.519,31; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€ -----

AMPV (participação de 0,0751%):€ -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 3º trimestre de 2023 fornecida pelas entidades participadas. -----

3. Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, "a execução orçamental não pode condurzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso." -----

No que diz respeito ao período em análise, possui o Município pagamentos considerados em atraso, no montante de 331.678,66 euros. Caso se mantenha esta situação, terá que ser respeitado o estipulado no artigo 963 do OE em vigor, até ao final de 2023 terá que ser efetuada a redução de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias (registados na plataforma da DGAL, em setembro de 2022), sob pena de retenção da receita proveniente das transferências do OE. -----

#### 4. Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: 549.016,58 euros, tendo sido absorvidos quase na sua totalidade. -----

#### 5. Equilíbrio Orçamental: -----

No artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), sob a epígrafe "Equilíbrio Orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1-Os orçamentos das entidades do sector local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo. -----

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4-Para efeitos do disposto no nº2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo. -----

Relativamente ao Mês de Novembro a situação é a seguinte: -----

Descrição	Dados mês de Novembro
A-receitas correntes cobradas+ Saldo gerência 2022 incorporado corrente	5.687.899,61

B-Despesas correntes pagas	5.986.334,28
C-Saldo corrente (A-B)	-298.434,64
D-Amortização média EMLP	212.296,50
E-Diferença (C-D)	-510.731,14
Controlo regra equilíbrio	Desequilíbrio Orçamental

Do atrás exposto conclui-se: -----

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento de € 30.136,80 euros em relação ao saldo inicial de 01/01/2023, receita por cobrar de anos anteriores de 224.418,80 euros. À data estão a ser tomadas medidas mais eficazes e eficientes para recuperação dos montantes por receber, encontrando-se a decorrer processos de injunção e de penhora, mas que se manifestam insuficientes;
- O município encontra-se à data com uma considerável execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da orientação da execução orçamental;
- No que respeita à execução da receita, no mês em análise é de 65,407%. A 31/12/2023 deverá ser atingida uma execução de 85%;
- À data existem pagamentos em atraso;
- No que respeita ao controlo da regra do equilíbrio, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio orçamental;
- No que diz respeito à dívida total, verifica-se um acréscimo de 13,941%, não considerando os montantes de faturação em dívida em pré-registo.

A Câmara tomou conhecimento. -----

## 5. ATRIBUIÇÃO DE APOIO EVENTUAL PARA ENCAMINHAMENTO PARA ALOJAMENTO DE CIDADÃOS IMIGRANTES RESIDENTES NO CONCELHO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 32/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“Ao Serviço de Ação Social e Saúde foi sinalizada a situação de 19 cidadãos de nacionalidade timorense, residentes no Largo da Praça, n.º 2, em Faro do Alentejo, em condições de extrema carência alimentar e económica, vivendo sem eletricidade, sem gás e

sem condições mínimas de conforto ou habitabilidade. Tinham sido feitas visitas anteriores nesta morada, com o intuito de avaliar possíveis necessidades, mas sem sucesso, uma vez que o grupo não se encontrava na habitação. Para verificar a situação, deslocou-se ao terreno, no dia 4 de dezembro de 2023, a Dra. Ana Baião, técnica superior do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social deste Município, em conjunto com a Dra. Ana Simão, Técnica do Serviço Local de Cuba do Centro Distrital da Segurança Social. -----

Face à péssima situação em que os cidadãos se encontravam e não existindo respostas imediatas a nível local, em termos de emprego ou habitação, foi proposto ao grupo a integração em resposta de acolhimento de emergência. Foi feita articulação com a Embaixada de Timor Leste em Portugal, tendo sido prestada ao grupo toda a informação necessária. Prestados estes esclarecimentos e, conscientes que de momento a integração nesta resposta seria a única possível, dos dezoito cidadãos identificados, sete escolheram permanecer na habitação, apesar das condições degradantes em que habitam, da ausência de trabalho, dinheiro, alimentos e outros recursos. -----

Os onze cidadãos identificados na informação solicitaram ser integrados em acolhimento de emergência: -----

Feita a articulação com a Sra. Vereadora com competências delegadas em matéria de Ação Social e posteriormente, com o Centro Distrital da Segurança Social de Beja, foram referenciadas 15 vagas disponíveis: 8 em Fátima e 7 em Braga. Para deslocar este grupo, a melhor alternativa seria o transporte em autocarro, através da Rede Expressos. O custo unitário de cada bilhete seria no máximo de 30 euros, o que perfazia um total de 330 euros. Uma vez que estes cidadãos não tinham consigo qualquer dinheiro ou bens alimentares, propôs-se a atribuição de uma pequena verba para gastos potenciais de 15€ a cada um, o que perfazia um total de €165, bem como a entrega de um pequeno lanche para cada um, para que possam alimentar-se durante a viagem, com um custo unitário de 2,01€, no total de €22,11. -----

Assim sendo, propôs-se inicialmente para cidadão a atribuição do seguinte apoio:

- 30 euros no máximo para aquisição do bilhete em autocarro;
- 15 euros para gastos pessoais;
- 2,01 euros para pagamento de um pequeno lanche;

O valor global do apoio proposto seria de: 517,11 euros.

No entanto, face ao preço dos bilhetes de autocarro os custos alteraram-se

O custo global dos apoios efetivamente atribuídos passou assim a ser de €456,21.

Os custos inerentes a estes apoios enquadram-se no âmbito da verba transferida pelo Município pelo FFD em matéria de subsídios de carácter eventual.

No que se refere ao enquadramento legal da atribuição proposta, a mesma enquadra-se no âmbito das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, que *concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social*. Nomeadamente no seu Art.º 10º, n.º 1 *Compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social* e n.º 3 *Compete à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social*. Por sua vez, a Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, procede ainda à alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro que no seu Artigo 5.º passa a ter a seguinte redação: 1 - *Compete à câmara municipal assegurar o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social*. 2 - *Compete ainda à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situação de emergência social, comprovada carência económica e de risco social*. Complementarmente, o Art.º 6º passa a ter a seguinte redação: e) *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica (...)*. 5 - *Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional*. -----

Em termos da atribuição de apoios eventuais, o Despacho 4637/2023 que *determina o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social e publica o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas neste âmbito*, define o valor a transferir para o Município de Cuba, onde se engloba a rubrica relativa aos subsídios de carácter eventual. -----

A nível interno, o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022, prevê no seu Artigo 9º, alínea c) a *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica*, referindo que o Art.º 10º deste Regulamento que o *âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município abrange todo o concelho de Cuba*. -----

Face à urgência do pedido, pode V. Ex.ª, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o nº 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que *Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação* em reunião subsequente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

## **6. ATRIBUIÇÃO DE APOIO EVENTUAL PARA ENCAMINHAMENTO PARA ALOJAMENTO DE CIDADÃOS IMIGRANTES RESIDENTES NO CONCELHO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 33/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“Ao Serviço de Ação Social e Saúde chegaram quatro cidadãos de nacionalidade argentina, que haviam sido expulsos nesse dia do local onde viviam, em Faro do Alentejo. -- Considerando que os mesmos não tinham onde residir, nem estavam a trabalhar, foi proposto ao grupo a integração em resposta de acolhimento de emergência. Foi feita articulação com a Sra. Vereadora, com o Pelouro, bem como com o Centro Distrital de Beja da Segurança Social, IP, tendo sido disponibilizadas vagas em EAT (Estrutura de Alojamento Temporário). -----

Os quatro cidadãos estão identificados na informação assim como as Estruturas onde foram ser integrados. -----

Face à situação de urgência, a melhor alternativa para deslocação do grupo será a aquisição do bilhete de autocarro, propondo-se a atribuição de um apoio económico de carácter eventual para aquisição do bilhete de autocarro, bem como de um pequeno lanche e água, com os seguintes valores: -----

O valor global do apoio proposto é de: 108,60 euros. -----

Os custos inerentes a estes apoios enquadram-se no âmbito da verba transferida pelo

Município pelo FFD em matéria de subsídios de carácter eventual. -----

No que se refere ao enquadramento legal da atribuição proposta, a mesma enquadra-se no âmbito das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, que *concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social*. Nomeadamente no seu Art.º 10º, n.º 1 *Compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social* e n.º 3 *Compete à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social*. Por sua vez, a Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, procede ainda à alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro que no seu Artigo 5.º passa a ter a seguinte redação: 1 - *Compete à câmara municipal assegurar o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social*. 2 - *Compete ainda à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situação de emergência social, comprovada carência económica e de risco social*. Complementarmente, o Art.º 6º passa a ter a seguinte redação: e) *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica (...)*. 5 - *Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional*.-----

Em termos da atribuição de apoios eventuais, o Despacho 4637/2023 que *determina o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social e publica o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas neste âmbito*, define o valor a transferir para o Município de Cuba, onde se engloba a rubrica relativa aos subsídios de carácter eventual. -----

A nível interno, o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022, prevê no seu Artigo 9º, alínea c) a *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de com-*

*provada carência económica, referindo que o Art.º 10º deste Regulamento que o âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município abrange todo o concelho de Cuba. -----*

*Face à urgência do pedido, pode V. Ex.ª, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o nº 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação em reunião subsequente. -----*

*Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, face à urgência na decisão, aprovou a atribuição do apoio económico de carácter eventual para aquisição do bilhete de autocarro, bem como de um pequeno lanche e água, no valor global de 108,60 euros.*

*A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----*

## **7. ATRIBUIÇÃO DE APOIO EVENTUAL PARA ENCAMINHAMENTO PARA ALOJAMENTO DE CIDADÃO IMIGRANTE RESIDENTE NO CONCELHO. -----**

*Foi presente à Câmara a informação n.º 34/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----*

*“Solicitou atendimento no Serviço de Ação Social e Saúde um cidadão de nacionalidade senegalesa, que havia sido expulso do local onde habitava por não conseguir pagar a renda, uma vez que havia ficado sem trabalho e sem meios de subsistência, como consequência da detenção do patrão no âmbito da operação policial que ocorreu no passado mês de novembro. -----*

*Considerando que este cidadão não tinha onde residir, não tinha dinheiro para se alimentar, nem estavam a trabalhar, foi-lhe proposta integração em resposta de acolhimento de emergência. Foi feita articulação com a Sra. Vereadora, com o Pelouro da Ação Social, bem como com o Centro Distrital de Beja da Segurança Social, IP, tendo sido disponibilizada vaga em EAT (Estrutura de Alojamento Temporário). -----*

*O cidadão fica identificado na informação bem como a Estrutura em que pode ser integrado. -----*

*Face à situação de urgência, a melhor alternativa para deslocação foi o comboio, propondo-se a atribuição de um apoio económico de carácter eventual para aquisição do bilhete de autocarro, bem como de uma pequena verba para despesas eventuais, lanche e água, com o seguinte valor global: € 64,83 -----*

Os custos inerentes a estes apoios enquadram-se no âmbito da verba transferida pelo Município pelo FFD em matéria de subsídios de carácter eventual. -----

No que se refere ao enquadramento legal da atribuição proposta, a mesma enquadra-se no âmbito das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, que *concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social*. Nomeadamente no seu Art.º 10º, n.º 1 *Compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social* e n.º 3 *Compete à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social*. Por sua vez, a Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, procede ainda à alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro que no seu Artigo 5.º passa a ter a seguinte redação: 1 - *Compete à câmara municipal assegurar o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social*. 2 - *Compete ainda à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situação de emergência social, comprovada carência económica e de risco social*. Complementarmente, o Art.º 6º passa a ter a seguinte redação: e) *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica (...)*. 5 - *Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional*. -----

Em termos da atribuição de apoios eventuais, o Despacho 4637/2023 que *determina o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social e publica o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas neste âmbito*, define o valor a transferir para o Município de Cuba, onde se engloba a rubrica relativa aos subsídios de carácter eventual. -----

A nível interno, o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022, prevê no seu Artigo 9º, alínea c) a *Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica*, referindo que o Art.º 10º deste Regulamento que o *âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do*

Município abrange todo o concelho de Cuba. -----

Face à urgência do pedido, pode V. Ex.<sup>ª</sup>, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o n.º 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que *Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação* em reunião subsequente. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, face à urgência na decisão, aprovou a atribuição do apoio económico de carácter eventual para aquisição do bilhete de autocarro, bem como de um pequeno lanche e água, no valor global de 64,83 euros.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### **8. APOIO PRESTADO A CIDADÃOS IMIGRANTES RESIDENTES NO CONCELHO DE CUBA**

Foi presente à Câmara a informação n.º 36/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.<sup>ª</sup> Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“Como é do conhecimento de todos, decorreu no dia 21 de novembro uma operação policial que teve como principal foco o desmantelamento de uma alegada rede de tráfico e exploração de seres humanos, tendo o alvo de intervenção envolvido diversos concelhos, entre os quais o de Cuba. Como resultado desta intervenção, foram suspensas as atividades de diversas empresas e várias dezenas de imigrantes ficaram sem trabalho e sem forma de receber os pagamentos que lhes eram devidos. -----

Na sequência desta situação, foram muitos os pedidos de ajuda que chegaram ao Serviço de Ação Social e Saúde do Município de Cuba, que tentou prestar todo o apoio possível, por forma a tentar atenuar a situação de extrema carência em que se estas pessoas se encontravam, procurando assim minimizar outros problemas sociais que daqui poderiam decorrer. -----

Importa agora reportar a intervenção que tem vindo a ser efetuada pelo SASS a este nível: -----

- Foram prestados apoios alimentares, apoios eventuais, informação sobre direitos individuais e laborais, bem como efetuados encaminhamentos diversos a 101 cidadãos, de 13 nacionalidades diferentes; -----

- Foram realojados em Estruturas de Alojamento Temporário 22 pessoas; -----

- Foram realizadas dezenas de atendimentos, bem como de visitas domiciliárias para entrega de bens e apoios diversos a estes cidadãos; -----

- Foi feita articulação com entidades diversas, nomeadamente: Centro Distrital da Segurança Social, IP, Banco Alimentar, Associação Estar, Juntas de Freguesia, GNR, Equipa Multidisciplinar Especializada no âmbito do Tráfico de Seres Humanos da Associação para o Planeamento da Família, Autoridade para as Condições do Trabalho, Cáritas Diocesana de Beja e Embaixada de Timor Leste em Portugal. -----

Esta intervenção tem enquadramento legal no âmbito das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, bem como na Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais. A referida intervenção encontrando ainda acolhimento no âmbito do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022. -----

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa sobre ele tomar conhecimento. ---  
A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **9. ATRIBUIÇÃO DE APOIO EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE GARRAFA DE GÁS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 35/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“Ao Serviço de Ação Social e Saúde foi solicitado apoio alimentar por parte de cidadãos imigrantes, residentes em Cuba que, pelo facto de terem ficado sem trabalho e sem

vencimento, estão em situação de grave carência económica. Tendo este apoio sido prestado em articulação com o Banco Alimentar, necessitavam ainda de ajuda para aquisição de uma garrafa de gás, em virtude de se tratar de alimentos que precisam de ser confeccionados. -----

Desta forma, obtido o aval da Sra. Vereadora com competências em matéria de ação social, propõe-se apoio com vista à aquisição de uma garrafa de gás, no valor de 33,50€ ao cidadão identificado na informação. -----

O apoio global é assim de €33,50 (trinta e três euros e cinquenta cêntimos). -----

Os custos inerentes a estes apoios enquadram-se no âmbito da verba transferida pelo Município pelo Fundo de Financiamento da Descentralização em matéria de subsídios de carácter eventual, de acordo com o previsto no Despacho 4637/2023 de 18 de abril, tendo ainda enquadramento legal no âmbito das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, bem como na Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais. O referido apoio assenta ainda no previsto no Artigo 9º, alínea c) do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022. -----

Face à urgência do pedido, pode V. Ex.ª, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o n.º 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que *Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação* em reunião subsequente. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, face à urgência na decisão, aprovou a atribuição do apoio económico de carácter eventual para aquisição da garrafa de gás, no valor global de 33,50 euros. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o*

*presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulação”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----*

**10. ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO EVENTUAL NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, CUJO PROCESSO ENCONTRA-SE ANEXO À PRESENTE INFORMAÇÃO, VISANDO A SALVAGUARDA A REGRAS DO RGPD.**

Foi presente à Câmara a informação n.º 37/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Dulce Vasco, cujo teor se transcreve: -----

“Nos termos da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente no domínio da ação social, é da competência dos órgãos municipais, “elaborar relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias e de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social”. -----

Desta forma, ao SAAS, dirigiu-se o requerente, que após atendimento efetuado, verificou a necessidade de efetuar um apoio económico para a aquisição de alimentos, uma vez que este agregado, vive apenas de RSI, não conseguindo fazer face às despesas. Propõe-se então a atribuição de apoio económico no valor de 75,00€ para aquisição de bens alimentares. -----

No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara, para que possa ser ratificado o despacho da Sr.ª Vereadora Sandra Serrano, membro do órgão executivo com competências delegadas em matéria de ação social, que face à urgência na atribuição do apoio, determinou que o mesmo fosse atribuído, nas seguintes condições:-----

Atribuição de apoio económico de carácter eventual, no valor de 75,00€ para aquisição de géneros alimentares, à cidadã devidamente identificada no processo familiar n.º 20208376, sendo que serão atribuídos, 75,00€ de uma só vez, para aquisição dos mesmos. -----

Ficando esta decisão sujeita à ratificação do órgão executivo, em conformidade do n.º

3 do art.º 35.º do diploma supra citado. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho da Sr.ª Vereadora. -----

#### **11. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS POR PARTE DO GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE FARO DO ALENTEJO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 33/2023, SAD, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

*“Através de correspondência eletrónica dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cuba, vem a Direção do Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo requerer uma transferência de verba correspondente a 40% para a época desportiva, que depreendemos seja a de 2023/2024.* -----

Face ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar que foi estabelecido entre o Município de Cuba e o Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo protocolo de colaboração, assinado em 30 de março do corrente, conforme deliberado em Reunião de Câmara, na sua sessão ordinária de 15/02/2023, cuja validade cessa, de acordo com a sua Cláusula 9.ª, a 31 de dezembro do corrente. Este protocolo estabelecia, na sua Cláusula 2.ª, a prestação por parte da Câmara Municipal de um apoio financeiro global de €1450,00, sendo o mesmo desagregado, considerando que €1250 se destinariam ao pagamento de despesas decorrentes das atividades do Grupo e € 200 destinados ao financiamento de uma caminhada. -----

Em virtude do Protocolo entre o Município de Cuba e o Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo relativo a 2024, ainda não ter sido presente a Reunião de Câmara, deverá ser determinado o valor a conceder. -----

Sobre esta matéria, compete à Câmara Municipal, *apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*, situação consagrada na alínea u) do Art.º 33º da Lei citada. -----

Face ao exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em

matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa: -----

1º Deliberar sobre o valor a conceder ao Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo, no âmbito do pedido apresentado. -----

2º Determinar que a eficácia da sua deliberação ficará condicionada ao cabimento e compromisso da respetiva verba, a atribuir no âmbito do Ponto anterior. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder ao Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo, uma verba no valor de € 2500,00 (dois mil e quinhentos euros). -----

## **12. AS REUNIÕES DE CÂMARA A TEREM LUGAR NO ANO CIVIL DE 2024. DETERMINAÇÃO DAS DATAS, HORAS, LOCAIS E PUBLICIDADE DAS MESMAS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 159/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“O Regime Jurídico das Autarquias Locais, diploma da Assembleia da República, que constitucionalmente sobre tal matéria tem competência exclusiva, aprovado através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estipula no art.º 40.º o seguinte:

### *Artigo 40.º*

#### *Periodicidade das reuniões*

1 - A câmara municipal tem uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, se o julgar conveniente, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

2 - As reuniões ordinárias da câmara municipal devem ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na sua primeira reunião.

3 - A deliberação prevista no número anterior é objeto de publicitação por edital e deve constar em permanência no sítio da Internet do município, considerando-se convocados todos os membros da câmara municipal.

4 - Quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no n.º 2 devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com, pelo menos, três dias de antecedência e por protocolo.

Importa também que se registre o teor dos artigos 49.º e 53.º do mesmo diploma, onde o legislador determinou:

### *Artigo 49.º*

## Sessões e reuniões

1 - As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público.

2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior.

3 - Às sessões e reuniões dos órgãos das autarquias locais deve ser dada publicidade, com indicação dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a promover o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.

4 - A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.

5 - A violação do disposto no número anterior é punida com coima de (euro) 150 a (euro) 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente do respetivo órgão.

6 - As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

### Artigo 53.º

#### Ordem do dia

1 - A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias;

b) Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias.

2 - A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.”

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Ao abrigo do art.º 40.º da LAL, determinar que as reuniões de Câmara Ordinárias no ano de 2024, ocorrerão nas seguintes datas:

1.1.º - Janeiro: 10 e 24;

1.2.º - Fevereiro: 07 e 21;

1.3.º - Março: 06, 20;

1.4.º - Abril: 03 e 17;

1.5.º - Maio: 02 (Por dia 1 ser feriado), 15 e 29;

1.6.º - Junho: 12 e 26;

1.7.º - Julho: 10 e 24;

1.8.º - Agosto: 07 e 21;

1.9.º - Setembro: 04 e 18;

1.10.º - Outubro: 02, 16 e 30;

1.11.º - Novembro: 13 e 27;

1.12.º - Dezembro: 11 e 27 (Por dia 25 ser feriado);

2.º - Ao abrigo do art.º 49.º da LAL, determinar que as sessões terão lugar em Cuba, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, com início às 9h30m, sendo todas públicas. -----

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Helena'.*

**13. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1.º DE MAIO EM CUBA: PLANO DE SINALIZAÇÃO REFERENTE AO TROÇO DA RUA 1.º DE MAIO – ACESSO À ESTAÇÃO INTERMODAL DE CUBA – 3ª FASE DE INTERVENÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 319/2023, GMPC, da autoria do Técnico Superior Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da análise cuidada do Plano de Sinalização remetido pelo empreiteiro Francisco Charneca Pinto & Filhos, LDA, responsável pela Empreitada de Reabilitação Urbana da Rua 1.º de Maio em Cuba – 3ª Fase de intervenção que compreende o troço da Rua 1.º de Maio entre a Passagem de Nível Ferroviária e a Rua da Fábrica da Cortiça, ligação à Estação Intermodal de Cuba e troço da Rua de Serpa Pinto compreendido entre o cruzamento com a Rua 1.º de Maio e a Travessa do Sul, enquanto Coordenador de Segurança da Obra (CSO), venho por este meio validar o respetivo documento em virtude de contemplar as informações pertinentes relativas ao normal funcionamento dos trabalhos propondo, assim, a sua aprovação. -----

De notar que a previsão de condicionamento do tráfego rodoviário decorrerá entre os dias 12 e 15 de dezembro do corrente ano e, nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2023, ficando impedido o acesso de veículos automóveis à Estação Intermodal de Cuba sendo que, em caso de existir a necessidade de prorrogação do prazo o mesmo será comunicado atempadamente a fim de ser validado em tempo oportuno. -----

Mais informo que, mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos inerentes à Empreitada, sempre que se justifique alterações a nível da circulação rodoviária nomeadamente com a abertura parcial da via intervencionada por se tratar de uma artéria principal no acesso à vila de Cuba, a mesma será objeto de avaliação e ajustes ao plano

apresentado para o efeito. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o Plano de Sinalização

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**14. PASSAGEM HIDRÁULICA DO BARRANCO DOS ARCOS ESTRADA NACIONAL 258-1 – SUBSTITUIÇÃO DA OBRA DE ARTE: PLANO DE SINALIZAÇÃO REFERENTE À INTERVENÇÃO A REALIZAR E RESPECTIVO DESVIO DE TRÂNSITO. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 318/2023, GMPC, da autoria do Técnico Superior Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência da análise cuidada da informação referente ao Plano de Sinalização remetido pelas Infraestruturas de Portugal, S.A., dono de obra (vide doc. 1), intervenção a ser realizada ao KM 013 + 290 no troço entre Cuba e o Itinerário Principal n.º 2 (IP2) e, após uma análise cuidada do presente plano, venho por este meio validar o respetivo documento em virtude de contemplar as informações pertinentes relativas ao normal funcionamento dos trabalhos e sinalização a colocar propondo, assim, a sua aprovação.

De notar que, atendendo à natureza dos trabalhos em questão, o trânsito no troço acima identificado será suprimido na data de 02 de janeiro de 2024 por um período estimado de até 90 dias ficando o Dono de Obra, em caso de existir a necessidade de prorrogação do prazo, comunicar atempadamente a fim de ser validado em tempo oportuno. -----

Durante a realização da empreitada, será necessário desviar o trânsito rodoviário do seu itinerário habitual entre Cuba e o IP2 (proximidade São Matias) e sentido contrário, pelo percurso formado pelos troços da EN 387 - Cuba / entroncamento da ER 258 (prox. Vila de Frades), da ER 258 - entroncamento EN 387 (prox. Vila de Frades) / Vidigueira e IP2 - Vidigueira / entroncamento IP2 (proximidade São Matias) (vide doc. 2).

Mais informo que, mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos inerentes à Empreitada, sempre que se justifique alterações a nível da circulação rodoviária nomeadamente com a abertura parcial da via intervencionada por se tratar de uma estrada principal no acesso à vila de Cuba, a mesma será objeto de avaliação e ajustes ao plano apresentado para o efeito. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

#### 15. ALTERAÇÃO Nº 11 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2023. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 14435, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

“Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”. -----

Na alteração n.º11 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: combustíveis e lubrificantes – outros, artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais, produtos químicos e farmacêuticos, outro material - peças, locação de edifícios, seguros, encargos de cobrança de receitas, aquisição de outros bens e serviços. Nas operações financeiras existiram reforços a nível de juros de locação financeira e outros juros. -----

A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados alguns ajustamentos. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 241 2018/3 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com despesa relacionada com a revisão de preços, trabalhos complementares e acertos de dotação de trabalhos normais da empreitada das habitações sociais; -----

03 331 2019/13, ações 2 e 3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a comparticipação nacional da revisão de preços aprovada nos FC à data; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2011/5002 ação 2 e 3 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o jantar de Natal; -----

01 121 2002/5010 - O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo - AHBVC; -----

02 211 2022/5003, ação 1-subação 6 e ação 7- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto (despesas com a aquisição de produtos de higiene e limpeza e transferência de verbas para fazer face a despesa com eletricidade – antigo contrato em nome do agrupamento de escolas); -----

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto (EAMA); -----

04 420 2004/5002 ação 1 -O reforço ocorreu para fazer face a transferência de verbas para CIMBAL (comparticipação do Município na candidatura “Proteção contra Riscos de Incêndios). -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**16. AMILCAR ANTÓNIO RICARDO MOREIRA. PROCESSO N.º 35/2023. OBRAS DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO EM MORADIA. RUA DA FÉ, N.º 13, EM FARO DO ALENTEJO.**

Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica do Arq.º Helder Caseiro, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.** -----

  
Helen

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:  
*“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”.* -----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,40 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

  
